



**Seminário Seca Extrema e Incêndios na Amazônia:
Impactos sobre territórios tradicionais e caminhos para a resiliência
02 e 03 de junho de 2025**

**Carta do evento para um plano de trabalho coletivo,
com propostas para a proteção de territórios e direitos na Amazônia**

Introdução

Este documento foi elaborado em parceria pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação Agro é Fogo e Coalizão Florestas e Finanças. Seu objetivo é apresentar os principais impactos da seca e dos incêndios que atingiram a Amazônia entre 2023 e 2024 e propor estratégias e ações para proteção dos territórios e direitos de povos indígenas, comunidades quilombolas, tradicionais e da agricultura familiar frente às mudanças climáticas.

As propostas abaixo, construídas coletivamente, respondem às demandas da sociedade civil e de lideranças comunitárias afetadas pela extensão e severidade da seca extrema e dos incêndios que, de forma combinada, comprometeram modos de vida, agravaram vulnerabilidades históricas e reforçaram problemas estruturais que incidem sobre territórios na Amazônia.

Diante desse cenário e do risco de novos eventos extremos, o documento apresenta recomendações para aprimoramento das estratégias de enfrentamento a futuros eventos extremos, com o objetivo de ampliar as capacidades de resiliência climática na Amazônia.

Recomendações

1. Criar, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), Grupo de Trabalho intersetorial para monitoramento coletivo, discussão e visibilização de impactos e narrativas de territórios atingidos por eventos climáticos extremos e incêndios criminosos na Amazônia

Instituir, no âmbito do Ministério Público Federal, Grupo de Trabalho (GT) intersetorial para monitorar e discutir os impactos de eventos climáticos extremos e incêndios em territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e da reforma agrária. O grupo deve produzir, sistematizar e disseminar informações qualificadas para a tomada informada de decisões, visibilizar narrativas de territórios atingidos e ampliar suas capacidades de incidência política. Deve também integrar dados da sociedade civil e do Estado, com ampla participação social e articulação entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e entidades representativas de povos e comunidades.



2. Fortalecer ações e instrumentos de fiscalização e garantir a responsabilização da cadeia de atores envolvidos com incêndios criminosos na Amazônia

Fortalecer políticas de fiscalização e monitoramento de riscos socioambientais associados a eventos climáticos extremos, e ampliar ações para responsabilização da cadeia de atores envolvidos em incêndios criminosos na Amazônia, aprimorando a coordenação entre órgãos federais, estaduais e municipais, em parceria com instituições de pesquisa e da sociedade civil. Revisar e fortalecer instrumentos legais, incluindo mecanismos para licenciamento e financiamento de atividades em territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e da reforma agrária, e a não concessão de novos financiamentos para proprietários rurais associados à cadeia dos incêndios criminosos. Ademais, prever sanções para financiadores e reparações adequadas para povos e comunidades atingidos pelos incêndios.

3. Apoiar iniciativas de monitoramento territorial independente e manejo integrado do fogo, por meio do direcionamento de recursos e profissionalização das funções de agente de monitoramento indígena (AMI), agente de monitoramento territorial independente e brigadista

Apoiar, por meio do direcionamento de recursos e da profissionalização das funções, as atividades desenvolvidas cotidianamente pelos agentes de monitoramento indígena (AMIs), equipes de monitoramento territorial independente e brigadistas. No âmbito do PrevFogo e das brigadas voluntárias, garantir o pagamento de salários para todos os brigadistas e ampliar a duração dos contratos para um ano ou mais, de modo a assegurar a continuidade do trabalho de manejo integrado do fogo realizado pelas equipes com foco na prevenção de incêndios. Por fim, garantir equipamentos e tecnologias necessários para a segurança e efetividade das iniciativas.

4. Estruturar Planos Participativos para Enfrentamento Emergencial e Resiliência Climática nos Territórios na Amazônia

Estruturar, de forma participativa, Planos para Enfrentamento Emergencial e Resiliência Climática nos territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e da reforma agrária na Amazônia, com articulação entre sociedade civil, entidades representativas de povos e comunidades e poder público - incluindo municípios, estados e União, especialmente por meio de órgãos como Funai, ICMBio, MPI, MIR, Incra, MMA, Defesa Civil, MPEs e MPF. Esses planos devem considerar e integrar agendas populares e planos comunitários para enfrentamento às mudanças climáticas, de forma articulada ao Plano Clima, e buscar:

- Fortalecer capacidades de prevenção e pronta resposta nos territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e da reforma agrária, com foco na garantia da infraestrutura necessária, sobretudo para abastecimento hídrico e irrigação.
- Definir ações emergenciais e promover ampla articulação interinstitucional, com recursos, equipes e logística adequados.



- Ampliar sistemas de alerta precoce para monitoramento de riscos de eventos climáticos extremo e incêndios, definição de áreas para atuação prioritária.
- Estabelecer estratégias de restauração da sociobiodiversidade e da soberania alimentar nos territórios atingidos pela seca extrema e pelos incêndios, com incentivo à produção agrícola em roças tradicionais, hortas, quintais, agroflorestas, bancos de sementes crioulas e viveiros de mudas nativas para reflorestamento.
- Garantir o acesso contínuo de povos indígenas e comunidades quilombolas, tradicionais e da agricultura familiar a políticas públicas, em especial de educação, ATER, saúde e assistência social.

5. Ampliar capacidades de resposta dos serviços públicos de saúde e assistência social e definir protocolos emergenciais

Fortalecer as instituições públicas para integrar, de forma permanente, ações de resposta climática na implementação das políticas de saúde e assistência social. Em parceria com Funai, SESAI, DSEIs e CONDIs, definir e incluir estratégias nos instrumentos governamentais de planejamento e orçamento dos municípios, estados e União. Criar e manter comitês intersetoriais permanentes para enfrentamento aos impactos da mudança do clima, com participação dos Conselhos de Assistência Social e Saúde, Funai, SESAI, DSEIs e outros espaços de controle social. Além disso, definir protocolos emergenciais baseados em indicadores integrados, que orientem respostas rápidas e coordenadas frente aos eventos climáticos extremos.